

Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Educação  
Programa de Pós-graduação em Educação  
Rosângela Alves de Oliveira

• **A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para uma Economia Popular Solidária**



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

JOÃO PESSOA - PB  
2004

Rosângela Alves de Oliveira

**A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para uma  
Economia Popular Solidária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientador: **Prof.º Dr.º. José Brendan Macdonald**

JOÃO PESSOA - PB

2004

Rosângela Alves de Oliveira

**A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para uma  
Economia Popular Solidária**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.º Dr. José Brendan Macdonald - UFPB  
Orientador

---

Prof.º Dr. Jose Francisco de Melo Neto -UFPB  
Membro

---

Prof.º Dr. Alder Júlio Ferreira Calado – FAFICA - PE  
Membro

A todas as pessoas que dedicam suas vidas na construção de uma sociedade socialista, livre e democrática. A todas e todos que ousam superar o medo, pôr-se em marcha e caminhar. De forma especial, a Cáritas Brasileira, pela oportunidade de vivenciar a solidariedade em sua radicalidade.

## RESUMO

**OLIVEIRA, Rosângela Alves de.** A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para Uma Economia Popular Solidária. João Pessoa- PB: Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2004.

Este Trabalho de dissertação teve como fenômeno estudado o processo organizativo da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, enquanto experiência de Economia Popular Solidária implantada pelos trabalhadores rurais das áreas de reforma agrária. O objetivo da pesquisa foi analisar as práticas educativas da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, na perspectiva de se conhecer os elementos da Economia Solidária presentes nessa feira. A metodologia utilizada teve como paradigma a *pesquisa qualitativa*. A coleta de informações foi realizada a partir de revisão bibliográfica, registros fotográficos, observação participante e entrevistas semi-estruturadas. No que se refere aos pressupostos teórico- metodológicos, optamos por fazer um diálogo a partir das contribuições teóricas de Paul Singer, Lia Tiriba, Luis Inácio Gaiger, Ademar Bertucci, Paulo Freire, Alder Julio Ferreira Calado, entre outros. A pesquisa discute a importância preponderante da educação popular como elemento principal na efetivação da economia popular solidária.

**Palavras-chave:** Economia, Solidariedade, Educação, Popular, Feira, Trabalho, autogestão

## ABSTRACT

**OLIVEIRA, Rosângela Alves de.** A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana: Práticas Educativas para Uma Economia Popular Solidária. [The Agroecological Fair of Várzea Paraibana: Educational Practices for a Popular Solidary Economy] João Pessoa- PB, Brazil: Thesis for the Master's Degree in Education, Universidade Federal da Paraíba, 2004.

This thesis studies the phenomenon of the organizational process of the Feira Agroecológica da Várzea Paraibana as an experience of popular solidary economy which was introduced by the rural workers from the areas of agrarian reform. Its objective is the analysis of the Feira Agroecológica da Várzea Paraibana with the purpose of getting acquainted with the elements of solidary economy in the Fair. Its methodology used *qualitative research* as its paradigm. The information was collected from a review of the bibliography, photographic registrations, participant observation and partly structured interviews. As for the theoretical and methodological presuppositions, the author resolved to have dialogs based on theoretical contributions of Paul Singer, Lia Tiriba, Luís Inácio Gaiger, Ademar Bertucci, Paulo Freire and Alder Julio Calado among others. The thesis discusses the preponderant importance of popular education as the principal element necessary for the materialization of popular solidary economy.

**Key words:** Economy, Solidarity, Education, Popular, Fair, Labor

## SIGLAS

- ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais  
ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário  
ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Auto-gestionárias e Participação Acionária  
BB - Banco do Brasil  
BN - Banco do Nordeste  
CB - Cáritas Brasileira  
CMP- Central de Movimentos Populares  
CNBB - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil  
CONTACAP - Conta de Capacitação  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
EES - Empreendimentos Econômicos Solidários  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FEES- Fórum Estadual de Economia Solidária  
GESPAR - Gestão Participativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
ITOG- Investimento, Teconologia ,Organização e Gestão  
MST - Movimento dos Sem Terra  
MTE - Ministério de Trabalho e Emprego  
ONGs - Organizações Não Governamentais  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul/RJ  
PACs - Projetos Alternativos Comunitários  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda  
RBES - Rede Brasileira de Economia Solidária  
SENAES- Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SINE - Serviço Nacional de Empregos

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>09</b>
<b>Capítulo 1 - Resgatando o processo de organização da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana.....</b>	<b>15</b>
1.1 A contextualização.....	16
1.2 O processo organizativo e a relação com agentes externos.....	24
1.3 Definindo a Feira Agroecológica da Várzea Paraibana .....	31
1.4 Estrutura organizacional.....	34
1.5 Evolução da Feira.....	37
1.5.1 A agroecologia enquanto princípio para um desenvolvimento sustentável.....	37
1.5.2 Aumento da renda.....	40
1.5.3 Reforço à organização popular.....	44
<b>Capítulo 2 - Economia Popular Solidária.....</b>	<b>47</b>
2.1 O trabalho na perspectiva da economia popular solidária .....	47
2.2 Economia popular solidária – uma experiência histórica .....	49
2.3 Economia popular solidária – conceito.....	51
2.4 Economia popular solidária – um movimento social.....	53
2.5 A experiência brasileira de economia popular solidária – alguns atores .....	55
<b>Capítulo 3 - A educação popular - uma ponte para a construção do novo .....</b>	<b>63</b>
3.1 A educação popular e alguns aspectos da sua construção histórica.....	65
3.2 A educação popular no contexto atual.....	68
<b>Capítulo 4 - As práticas educativas da Feira - construindo a economia popular solidária.....</b>	<b>75</b>
4.1 Elementos da economia solidária presentes na Feira Agroecológica da Várzea.....	77
4.2 O aprender fazendo da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana.....	89
4.3 Os intercâmbios de experiências como espaço privilegiado do diálogo.....	92
<b>Algumas conclusões.....</b>	<b>97</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>104</b>
1. Entrevistas	
2. Il Seminário de Avaliação e Planejamento - Roteiro metodológico	
3. Panfleto de divulgação da Feira	
4. Recortes de jornais	



Foto 2 - Assentamento Pe. Gino – Sapé.



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

## INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, particularmente nas duas últimas décadas, o mundo tem assistido meio que perplexo a um certo “vazio teórico” com a conhecida crise dos paradigmas e o “fim das utopias”. Isto tem nos colocado diante de indagações que nos desafiam a construir categorias que nos ajudem a entender a complexidade do atual tecido social, imbuído de transformações profundas ocorridas numa velocidade estonteante.

Em toda realidade histórica, os seres se organizam de forma a garantir sua existência como saída para a perpetuação da espécie. Os seres humanos, por se diferenciar dos outros animais,

organizam de forma racional o seu processo produtivo e a produção de bens, para possibilitar sua continuidade. Arruda (2000) afirma que o trabalho, o conhecimento e a criatividade são os meios utilizados pelo humano para estabelecer relações consigo próprio, com o mundo e com as outras pessoas. O humano cria valor nos produtos que gera, que vão além daqueles que garantem a sobrevivência do trabalhador, pois visa à emancipação do trabalho. No entanto, sob a determinação do modo de produção capitalista, o trabalho humano é alienado. A reprodução e a acumulação do capital historicamente têm sido baseadas na separação entre o trabalhador que só dispõe de sua força de trabalho para sobreviver e os meios de produção, que são concentrados pelos detentores do capital.

Nesse sentido, a emancipação do trabalho humano não se refere apenas à liberdade de vender ou não a força de trabalho em troca de salário, mas à efetiva autonomia dos sujeitos na direção do próprio processo de trabalho. Bertucci (2001) assevera que a redução do assalariamento e as formas de ocupação sob a determinação do capital têm impedido o avanço da autonomia dos sujeitos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da criatividade enquanto parte da criação, enquanto sujeito transformador coletivo.

Em mais de dois séculos de existência, o capitalismo tem se aprimorado e mostrado uma grande habilidade em responder às suas crises nos diferenciados contextos históricos. A sociedade atual vive uma crise estrutural advinda do modelo de desenvolvimento hoje hegemônico pelo grande capital financeiro que, organizado mundialmente, tem provocado muitas mudanças no mundo do trabalho, concentrando riquezas e marginalizando a grande maioria da população. Essa população excluída historicamente tem reinventado formas alternativas de sobrevivência em todos os campos (educação, saúde, economia...) com os aportes que lhe são acessíveis, em condições sumamente adversas.

Com os princípios capitalistas globalizados, uma enorme proporção de pessoas é transformada em mercadorias, descartada do processo produtivo e, portanto, do consumo. Faz-se necessário recriar uma outra lógica de *desenvolvimento* que possibilite *alternativas ambientalmente sustentáveis, socialmente democráticas e economicamente justas*.

A *economia popular solidária*, enquanto reação dos setores empobrecidos do atual sistema econômico, tem desafiado os cientistas sociais a se interrogarem sobre estratégias e paradigmas contidos nos empreendimentos econômicos solidários. A variedade e a complexidade das diferentes ações tendem a ofuscar os estudos sobre a economia solidária, dificultando uma análise mais nítida dessas ações.

O *processo educativo* vivenciado no interior dos empreendimentos solidários pode ser a ponte capaz de direcionar essas iniciativas para além do econômico. Pode ser um instrumento privilegiado na emancipação dos setores que vivem do trabalho, articulando as iniciativas produtivas, em que o aumento de sua capacidade política pode se dar a partir das redes solidárias na perspectiva da *reprodução ampliada da vida*.

As práticas educativas desses empreendimentos, internamente em sua relação com os diversos atores sociais, se contemplarem a *autonomia* e o *protagonismo* dos setores subalternos, podem ser o motor de um novo paradigma de desenvolvimento.

Entre tantas iniciativas no campo da economia dos setores populares, entendemos que, algumas se diferenciam quando introduzem em seus processos produtivos elementos que vão além da geração de trabalho e renda. Percebe-se que, em algumas iniciativas desses setores, os valores da gratuidade, da cooperação e da autogestão predominam sobre a lógica do individualismo. Princípios como os da democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero são diferenciais em relação à exploração econômica na lógica convencional do capitalismo. Além disso, em alguns casos, quando ocorre uma articulação dessas

iniciativas econômicas populares com outros atores sociais, contribuem para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a sociedade. Esse tipo de atividade econômica é denominada de *economia solidária*.

O fenômeno social aqui estudado refere-se ao processo organizativo da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, enquanto experiência de economia solidária implantada pelos trabalhadores rurais dos assentamentos de reforma agrária em Dona Helena (município de Cruz do Espírito Santo), João Pedro Teixeira, Padre Gino e Rainha dos Anjos (Sapé) e do Acampamento Ponta de Gramame (João Pessoa), no período de 2001 a 2003. A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana é “um espaço de comercialização coletiva de produtos orgânicos realizada pelos próprios produtores, enquanto espaço educativo de integração cooperativista entre agricultores e consumidores” (REGIMENTO INTERNO, 2001, p. 2).

O objetivo geral deste trabalho é *analisar as práticas educativas da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana na perspectiva da economia solidária*. Os objetivos específicos aqui definidos são: *levantar informações referentes às práticas educativas presentes na organização da Feira Agroecológica e identificar e caracterizar os elementos constitutivos da economia popular solidária efetivamente presentes na Feira*.

O problema é investigar *quais os elementos da economia solidária presentes nas práticas educativas da Feira Agroecológica da Várzea Paraibana*.

A metodologia utilizada nessa investigação tem como paradigma a *Pesquisa qualitativa*, caracterizada, segundo Richardson (1999, p.90), “na perspectiva de uma compreensão detalhada dos significados e de características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

Esta pesquisa trata de um fenômeno social, único, contextualizado, que privilegia a participação efetiva dos atores envolvidos no processo, destacando os trabalhadores e as trabalhadoras enquanto sujeitos de seu papel protagonista na construção de seu processo produtivo. A coleta de informações foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, relatórios das atividades do grupo, registros fotográficos e diários de campo. As informações também foram coletadas, através da *observação participante*

Na tentativa de conhecer com profundidade a realidade do grupo, de forma que esta também se revele a ele, as informações também foram coletadas através de *entrevistas semi-estruturadas*. Na perspectiva de garantir ao entrevistado a liberdade de colocar o tema a partir de seu ponto de vista, foi elaborado um roteiro “guia,” com algumas questões temáticas que orientaram as entrevistas. Assim, se procurou considerar o processo vivenciado pelo entrevistado antes da organização da Feira, sua visão de mundo, como ele percebe, dentro do trabalho, as questões de autogestão, socialização do saber, meio ambiente, as relações de gênero e de gerações e, por fim a questão da renda.

Foram entrevistadas 13 pessoas, das 28 responsáveis pela Feira<sup>1</sup>. A verificação foi feita sob os olhares de três dirigentes da Feira (coordenador geral, tesoureiro, secretário), um representante da Comissão Pastoral da Terra, um representante da comissão de ética da Feira, duas mulheres, dois jovens, uma pessoa idosa, um participante indireto (que envia produtos por outros), uma pessoa que tem o maior retorno financeiro e um que vende menos.

As informações recolhidas dos entrevistados foram sistematizadas a partir da *Análise de Discurso*, procurando interpretar o que o entrevistado e a entrevistada disseram, como foi dito, quem falou, de quem estava falando, e por que se disse o que se disse.

O trabalho está dividido em quatro capítulos, além da introdução e as conclusões. No primeiro capítulo, tenta-se resgatar o processo de organização da Feira Agroecológica da Várzea

---

<sup>1</sup> entrevistas contidas no anexo 1.

Paraibana; o segundo refere-se ao conhecimento construído sobre economia solidária, resgatando o valor do trabalho e sua presença histórica; no terceiro capítulo, está contida a discussão sobre a educação popular e alguns desafios no atual contexto, enquanto o quarto capítulo é dedicado às práticas educativas da Feira para a construção da economia solidária. Por fim, são apontadas algumas conclusões acerca desse processo.

A esperança é de que a academia contribua com esse desejo de analisar uma experiência, que parece nos dizer muito, contida numa realidade que é espelho das conseqüências do atual modelo econômico de essência excludente. Que seja, principalmente, uma contribuição para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais assentados que teimam em sobreviver, criando defesas e garantindo mudanças significativas na condução do processo produtivo.

Foto 3: Reunião da Agricultura Familiar/ Sapé -16 maio de 2001



Fonte: Cáritas Arquidiocesa da Paraíba

## CAPÍTULO 1 RESGATANDO O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA VÁRZEA PARAIBANA

A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana é fruto de um processo histórico. Portanto é importante situá-la principalmente no que se refere à estrutura agrária. Nesse sentido a Paraíba não é diferente da ocupação espacial do restante do nordeste brasileiro, norteada como está, pela monocultura da cana-de-açúcar e pela pecuária extensiva, culturas que se caracterizam por grandes extensões de terra numa estrutura agrária que tem suas origens nas sesmarias. Esta estrutura fundiária é caracterizada pela exclusão de pequenos produtores rurais e pela concentração da terra nas mãos de poucos proprietários.

## 1.1 A CONTEXTUALIZAÇÃO

A economia da região da várzea paraibana era baseada no cultivo do abacaxi e, principalmente, no cultivo da cana-de-açúcar. Segundo Moreira e Targino (1997: 148), o abacaxi, como cultura de cultivo, chegou à Paraíba na década de 1930, em particular, nas cidades de Mari e Sapé. Teve seu auge produtivo na década de 1960, quando passou de uma produção de 21,1 milhões de frutos para 51,1 milhões em 1970. O abacaxi é uma cultura produzida por grandes, médios e pequenos produtores. Cerca de um terço da fruta vai para o mercado externo (sobretudo o abacaxi argentino). O abacaxi da região de Sapé tem alto valor de mercado, chegando a valer 20% a mais nas CEASAs<sup>2</sup>.

Desde a colonização, a cana-de-açúcar foi carro-chefe da economia da várzea, um setor altamente beneficiado pelo governo militar com incentivos e recursos públicos. Em 1975 foi criado o PROÁLCOOL, que financiava entre 80% e 100% dos projetos com juros baixos, sem cláusula de correção monetária e com mercado regulado, destinado à modernização de equipamentos e utilização de fertilizantes e defensivos químicos. O resultado desse investimento foi a composição de um parque industrial, composto de seis usinas e treze destilarias, um aumento de produção açucareira na ordem de 48,9%, de 1970 a 1980 (ibid, 107).

Todo esse conjunto de medidas governamentais ocasionou conseqüências graves à vida dos pequenos produtores rurais, que foram expulsos da terra, para dar um lugar ao aumento do cultivo da cana-de-açúcar, agravando os conflitos de terra numa luta desigual. Essa fase marcou profundamente a vida dessas trabalhadoras e trabalhadores que, mesmo depois, vivendo nos assentamentos, têm receio da cultura da cana-de-açúcar. Em reunião da associação do assentamento Dona Helena, durante um

---

<sup>2</sup> Informação dada pelo secretário estadual de agricultura, Francisco Quintãs, em entrevista à TV Cabo Branco, em julho de 2003.



debate sobre o plantio de cana no assentamento, Neuraci<sup>3</sup> afirma: “quem quiser plantar, plante. Eu não planto porque ela me faz lembrar de todas as vezes que eu chorei, sozinha, no meio dos partidos de cana, quando a gente vivia oprimido pelos usineiros daqui”.

No início dos anos 1980, com a crise econômica internacional e a conhecida “década perdida”, o Brasil passa por uma fase de recessão econômica, e o fim do governo militar faz com que vários programas governamentais fossem desativados. Em 1985, o setor canavieiro entra numa crise. Mesmo com todo o apoio dos governos posteriores<sup>4</sup>, não consegue manter o mesmo padrão produtivo. São várias as causas da crise instituída no setor. Para Varela (2000, p. 112), “elas vão desde aqueles que atribuem a redução dos subsídios e restrições ao crédito agrícola até os que pensam nos desvios de recursos produtivos para fins de ostentação consumista por parte destes usineiros”.

O fato é que, com o avanço das lutas dos trabalhadores rurais sem terra e com a falência das empresas desse ramo, muitos desses empresários foram investir em outros setores empresariais. A economia local tornou-se diversificada, baseada no cultivo de produtos agrícolas de subsistência (feijão, milho, horticultura etc.), e pela pecuária (gado e caprinos, ovinos e avícolas).

A Várzea Paraibana é uma região onde a luta pela reforma agrária tem mobilizado gerações, desde a década de 1950, com as ligas camponesas, até os dias de hoje. As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela violência no campo e pela luta pela democratização da terra. Segundo a CPT, na Paraíba já foram assassinados 16 trabalhadores e atualmente existem oito presos<sup>5</sup> e um trabalhador rural encontra-se desaparecido<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Neuraci Cesário Pereira é uma das participantes da Feira Agro-ecológica da Várzea e assentada no Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, e tem participado das visitas de intercâmbios.

<sup>4</sup> O governo Collor manteve subsídios de 25% para os usineiros do Nordeste e em 1991 cria o projeto SOS Usineiros, que propõe a renegociação da dívida dos usineiros com longos prazos e juros baixos (Moreira e Targino 1997).

<sup>5</sup> Em maio de 2002, oito trabalhadores da Fazenda Mendonça (área de conflito com 82 famílias), município de Mogeiro, foram presos, acusados de assassinar José Carlos e ferir Sérgio Mendonça (policial civil), ambos ligados ao latifúndio. Os trabalhadores continuam presos, aguardando apreciação do pedido de liberdade provisória, feito pelos advogados, ao Juiz da Comarca de Itabaiana (Comissão Pastoral da Terra., 2002b).

A Paraíba tem, segundo dados da CPT, 22 conflitos de terra instalados, com uma população de 1.246 famílias acampadas<sup>7</sup> (CPT, 2002, p. 9). Para a Comissão Pastoral da Terra, as áreas de conflitos são assim consideradas (Comissão Pastoral da Terra, 2002b) “quando agricultores, que nasceram e viveram na terra trabalhando, são ameaçados de expulsão pelos proprietários”. Mesmo com algumas derrotas, a luta desses trabalhadores traz grandes conquistas. Ainda segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2002, p.10), “na Paraíba atualmente são 203 assentamentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, 187.609,3 hectares beneficiando 15.283 famílias. Desses assentamentos, 50% têm infra-estrutura como casas, escolas, posto médico, abastecimento de água, eletrificação, estradas, transporte escolar e telefone público”.

Para as trabalhadoras e trabalhadores que antes viviam sob a opressão dos usineiros, essa realidade é a concretização de um sonho. Alguns deles têm consciência do que significa essa mudança, numa realidade na qual milhões de pessoas no Brasil continuam privados do direito de ter, no mínimo, uma boa alimentação. Em entrevista para esta pesquisa, José Antonio do Nascimento<sup>8</sup> afirma:

Eu ontem mesmo fui almoçar e não almocei, porque eu vi uma cena na televisão, de uma mãe de família com quatro filhos, que não tinha o que comer, que tinha que pedir, tinha que pescar pra arrumar uma coisa para os filhos... E quando eu olho pra dentro da minha casa, e vejo que eu não tenho muito, mas, o que eu tenho é suficiente pra me manter, manter minha família e pra eu ajudar algumas pessoas que chegam na minha casa, pra mim é muito gratificante mesmo.

---

<sup>6</sup> No dia 29 de junho de 2002, o agricultor Almir Muniz da Silva desapareceu por volta das 8 horas. Ele foi visto entrando no caminho em direção à sede da Fazenda Tanques e, até o momento, não se tem informações de seu paradeiro. O trator que ele conduzia foi encontrado 5 dias depois, numa região situada entre os Estados da Paraíba e Pernambuco, porém sem nenhuma pista do Almir. Por terem denunciado o fato na Polícia e tendo como principal suspeito, Sérgio Azevedo e seis trabalhadores continuam recebendo ameaças de morte (CPT. Relatório de Atividades, 2002).

<sup>7</sup> A CPT define acampamento rural como “áreas consideradas improdutivas, isto é, sem produção nenhuma por parte dos proprietários, ocupadas por agricultores sem terra” (CPT. Relatório de Atividades, 2002). Em um acampamento moram trabalhadores sem amparo legal ao passo que os assentamentos são terras legalmente adquiridas pelos trabalhadores após conflito com os seus donos originais (latifundiários).

<sup>8</sup> José Antonio do Nascimento é o atual secretário da Feira Agroecológica em substituição à antiga secretária que está afastada da organização, em tratamento médico fora do estado.

Ainda segundo o mesmo relatório, na região da Várzea, são 18 assentamentos de trabalhadores rurais em seis municípios – Cruz do Espírito Santo (8), Santa Rita (1), Sapé (6), Mari (1), Sobrado (1), Riachão do Poço (1). São 2.040 famílias, distribuídas em 14.633 hectares de terra.

### *O Assentamento Dona Helena*

Dentro do contexto da organização da Feira, é importante destacar o Assentamento Dona Helena, no município de Cruz do Espírito Santo, porque tem desempenhado tido um papel fundamental na efetivação da reforma agrária na região. Advindos de um difícil processo de luta, os trabalhadores viviam numa terra chamada *Fazenda Engenho Novo*, que inicialmente era de propriedade de Ursulino Fernandes que, em 1955, faleceu sem deixar herdeiros.

A oligarquia da família Ribeiro Coutinho, que pertencia ao chamado Grupo da Várzea (poderoso grupo de latifundiário nos anos 1970 até 1990), comprou as benfeitorias de posseiros, pressionou os trabalhadores e tomou posse da fazenda. Em 1970, José Fernandes Ribeiro Coutinho, que conseguiu legalizar as terras através do usucapião, forçou os posseiros a saírem da terra, comprando as benfeitorias e proibindo que os agricultores plantassem e consertassem suas casas. Em 1991, houve um primeiro gesto de resistência: o filho de um dos posseiros construiu uma casa para si, em mutirão com outros moradores, apesar da proibição de José Fernandes. Quatro membros das famílias foram presos. Com esses fatos, instalou-se o conflito. A CPT começou a apoiar a luta desses posseiros em 1994, iniciando um trabalho com os canavieiros, muitos deles com o desejo de ter a própria terra.

Segundo Melo (2000, p.3), ao amanhecer do dia 24 de abril de 1995, chegava à fazenda Engenho Novo um grupo de 65 famílias de trabalhadores rurais sem terra, oriundos de várias cidades do Estado: Bananeiras, Pilar, Sapé, Conde, Santa Rita, Itatuba, Cajá, Mamanguape e Cruz do Espírito Santo. Na Fazenda, já os esperavam 39 famílias de posseiros, muitos dos quais nascidos na própria fazenda, outros morando há vários anos, reforçando a luta dos posseiros.

Foram muitas as agressões sofridas. As lavouras foram três vezes destruídas, a pouca criação (aves, suínos, caprinos, bovinos) foi exterminada por ordem do proprietário, 36 pessoas foram processadas – 12 com mais de um processo e 10 foram condenadas. Segundo Neuraci:

Fui pra barraca, foi muita luta lá. A gente dormia de noite, mas tinha muito medo dos capangas. Quando a gente estava dormindo, quando dava fé, chegava os capangas querendo entrar no acampamento. Ainda foi pego um, dentro do acampamento, compadre Nogueira pegou, ele estava dentro do acampamento, aí compadre Nogueira segurou ele e ele ficou com medo, dizendo que ia apanhar ração, era duas horas da madrugada. Como ele poderia pegar ração numa hora dessas? A gente sabia que não era, era capanga. Foi muito difícil pra ganhar a luta de dona Helena, mas dessa vez nós ganhamos.

A imissão de posse foi recebida no dia 7 de junho de 1996, com muita festa na comunidade de 104 famílias assentadas. A conquista desse grupo de trabalhadoras e trabalhadores tornou-se um sinal de esperança para aqueles que desejavam ter sua terra e dela poderem viver. A conquista da terra trouxe o empoderamento e a confiança de que é possível vencer a batalha contra o latifúndio. Com isso, o Assentamento Dona Helena torna-se na Várzea sinônimo de solidariedade. Os assentados estão sempre presentes nas lutas de outros trabalhadores sem terra, seja nos vários mutirões, partilhando o alimento que têm, seja na partilha da experiência de quem sofreu na pele a violência por enfrentar o latifúndio.

A luta das trabalhadoras e dos trabalhadores para permanecerem na terra é árdua, e muitos são os problemas. Em Dona Helena, são destacadas a alienação da juventude, a ausência de assistência técnica, a dificuldade de acesso ao crédito, a presença de atravessadores na comercialização dos produtos, e as dificuldades nas relações de gênero. Apesar da presença das mulheres organizadas no grupo de dirigentes importantes a grande maioria delas ainda permanece numa situação de opressão. (CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DA PARAIBA. Plano de Desenvolvimento da Comunidade, 2000, p.3)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Problemas prioritários na comunidade identificados pelos trabalhadores na elaboração do Plano de Desenvolvimento da comunidade, atividade promovida pela Cáritas.

No Assentamento Dona Helena, existem alguns grupos organizados: a Associação dos Trabalhadores Rurais de Dona Helena, o grupo de mulheres, o grupo de jovens, o grupo de criadores de caprinos, o grupo de evangelização e o grupo de cisternas de placas. O processo de organização local dos assentados favoreceu a construção de objetivos amplos que combinam os aspectos produtivos, sociais e culturais. A missão da associação local é assumida na perspectiva de “melhorar a vida no assentamento, na luta por energia, crédito, água, saúde, educação, produção, comercialização dos produtos, o estímulo à cultura, o lazer na comunidade e o apoio à luta pela reforma agrária”.

Estão no Assentamento Dona Helena várias lideranças da CPT. O grupo dirigente da Associação tem a hegemonia na direção do Partido dos Trabalhadores, no município, e disputa o poder local. Nas eleições municipais de 2000, a postura política do grupo foi fundamental na eleição do prefeito da cidade. No município de Cruz de Espírito Santo, há décadas, o poder político-econômico local se concentra nas mãos do grupo da usina, cuja maior liderança é Rafael Fernandes de Carvalho (Rafaelito), e no grupo opositor liderado por Luciano Cunha, na coligação PT-PDT-PPS-PMDB. Os trabalhadores conseguiram manter a indicação para prefeito, de Severino Bento Raimundo (Biu do Bar). O Partido dos Trabalhadores ficou com a Secretaria de Agricultura. Uma das animadoras do grupo de mulheres foi nomeada para o cargo.

Essa aliança política, porém não foi muito duradoura. Já no início do mandato, o prefeito nomeou como seus assessores principais representantes do grupo que o apoiou ligado ao poder econômico da cidade e que hegemoniza a administração no município.

Em 2002, é rompido oficialmente o acordo em documento entregue ao prefeito e à direção estadual do Partido dos Trabalhadores. Duas questões merecem destaque nesse processo: uma de ordem simbólica, subjetiva, e a outra, de ordem política.

A primeira se dá quando se desfaz um mundo simbólico construído a partir da confiança em um “companheiro de luta”, um trabalhador que foi processado no conflito, que vinha de uma relação de intimidade (“compadre” de muitos dirigentes da comunidade). Foi o único assentado no Brasil, eleito como prefeito em 2000, aumentando a auto-estima das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

A segunda questão é de ordem política. Para defender a candidatura de Severino, os trabalhadores tiveram que enfrentar a direção regional do Partido dos Trabalhadores e sua maior liderança, que é o Frei Anastácio, contrário ao acordo<sup>10</sup>. Além disso, tiveram problemas com o grupo de Rafaelito, que queria Severino Bento como vice-prefeito e foi o “grupo de Dona Helena” que condicionou o apoio à indicação de Severino Bento como prefeito<sup>11</sup>.

Com isso, instala-se um processo complicado com a prefeitura. A Secretaria de Agricultura é devolvida ao prefeito sem ser a secretária afastada do cargo, o que posteriormente causa constrangimento na organização, sendo a secretária afastada da direção da Associação.

Configura-se um quadro de disputa no município e no assentamento. No município, a disputa se dá na direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais. O prefeito interfere no processo. O grupo de Dona Helena ocupa o sindicato, entra com uma ação na justiça, mas perde a eleição. No assentamento, cria-se o “grupo do prefeito”, que tenta articular uma chapa a dirigir a Associação, mas foi derrotado. O atual secretário municipal de saúde compra ilegalmente uma parcela<sup>12</sup>. Ele se instala no assentamento, tenta obter o aval da Associação, não consegue e cria outra associação dentro do próprio assentamento. Com uma política assistencialista de favorecimento e distribuição de cestas básicas, etc, consegue o apoio das outras famílias assentadas, famílias que antes não tinham uma participação ativa na associação, mas também não atrapalhavam a organização.

---

<sup>10</sup> O Partido ao qual o prefeito pertencia não estava no leque de aliança do PT na época.

<sup>11</sup> Na época o grupo político estava desgastado politicamente e não tinha uma liderança com condições de disputar e ganhar a prefeitura.

<sup>12</sup> Pela primeira vez, no assentamento, uma parcela é vendida com a conivência da gestão anterior do INCRA. O caso foi denunciado ao ministério publico e já está sendo resolvido.

Em 2002, dois trabalhadores entraram com uma ação na justiça trabalhista contra a Associação (a primeira associação criada), alegando que trabalhavam para a Associação como tratoristas. Ganharam a causa, e a Associação teve que se desfazer de parte do trator para poder pagar a dívida. A comunidade sofre de forma aberta a perseguição do prefeito. Além de arrendar duas parcelas para o plantio de cana-de-áçúcar (fato já comunicado ao INCRA), o prefeito tem se recusado a abastecer a cisterna da comunidade, construída com o apoio da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba.

A comunidade resistiu, retomou o trator que estava prestando serviço à prefeitura e desencadeou um processo de luta pela escola no assentamento, uma promessa de campanha do prefeito. A escola de ensino fundamental funcionava de forma precária na garagem de um dos sócios, e este não renovou o contrato. A comunidade decidiu construir uma cabana de palha e convidou a imprensa para divulgar o fato. O prefeito foi pessoalmente com a polícia militar para impedir o mutirão (achou uma agressão). No final do embate, construiu a escola.

O Assentamento Dona Helena vive um processo de muitas mudanças. Os trabalhadores se deparam com uma realidade muito diferente daquela que havia antes da conquista da terra. O processo de autogestão é complexo, principalmente para quem sempre trabalhou “alugado” nas terras dos outros. É preciso aprender a gerir sua pequena propriedade e a Associação com os bens adquiridos e todo o processo de organização comunitária. Porém, a principal luta que o grupo tem descoberto é contra o opressor que cada um e cada uma trazem dentro de si. O fato de alguns antigos companheiros acionarem a justiça contra a Associação e o fenômeno da venda ilegal de parcelas no assentamento têm refletido um processo doloroso a toda a comunidade.

Mesmo numa realidade difícil, alguns sonhos antigos no Assentamento Dona Helena são realizados. A discussão a respeito da Feira surgiu nessa comunidade, o que sugeriu, a partir da análise da realidade local, a ampliação da discussão e da sua organização com os outros assentamentos na

região da Várzea. A Feira Agroecológica tem demonstrado que é possível viver na terra e que, mesmo em situações adversas, é possível a solidariedade sobressair-se.

## 1.2 O PROCESSO ORGANIZATIVO E A RELAÇÃO COM AGENTES EXTERNOS

Foto 4: Seminário de Avaliação e Planejamento/ João Pessoa- fevereiro de 2003



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

São muitas as dificuldades que as trabalhadoras e os trabalhadores nas áreas de reforma agrária enfrentam nesse campo. Essas dificuldades vão desde a incapacidade de obter créditos compatíveis com suas condições, oriunda de uma política pública inadequada, até à falta de uma maior capacitação na gestão da pequena propriedade. Um dos maiores entraves para o desenvolvimento que os trabalhadores dos assentamentos têm enfrentado reside na questão da comercialização de seus produtos. Sem assistência técnica, sem crédito compatível com a realidade dos produtores, o pouco que se produz está fadado ao fracasso, isto porque o produtor é obrigado a repassar para os atravessadores os seus produtos por preços irrisórios.



Em 1999, foi realizada no Assentamento Dona Helena, uma discussão entre os assentados sobre as dificuldades da comercialização dos produtos. O grupo conseguiu articular outros assentamentos e realizou no mesmo ano um seminário com a participação de alguns órgãos governamentais, como o Banco do Nordeste, a Secretaria de Agricultura da Paraíba, o Banco do Brasil e o INCRA. Várias propostas foram apresentadas, mas nenhuma efetivada.

Estava plantada a semente da articulação entre os trabalhadores para pensar a produção e a comercialização de forma coletiva. Essa rede articula nove assentamentos na região da Várzea com reuniões sistemáticas, chamadas pelos trabalhadores de "*reuniões da agricultura familiar*". No ano seguinte (2000), essa articulação teve um refluxo por ter sido a maioria de seus líderes envolvidos no processo das eleições municipais.

Em março de 2001, durante a oficina do planejamento anual em Dona Helena, assessorada pela Cáritas, foi decidido levar para o interior do grupo da agricultura familiar a discussão da comercialização. O grupo da agricultura familiar já era acompanhado pela assessoria do mandato do deputado estadual Frei Anastácio. A partir daí, constitui-se efetivamente a parceria entre a CPT e a Cáritas Arquidiocesana da Paraíba. O mandato popular do deputado estadual Frei Anastácio foi fundamental no início do processo<sup>13</sup>.

A CPT está presente de forma efetiva desde a luta pela terra e acompanha nove assentamentos na região. A Várzea tem uma das equipes na CPT mais atuantes da Arquidiocese da Paraíba, e alguns dos principais líderes da pastoral são agricultores que estão participando da Feira. Os trabalhadores conseguiram influenciar internamente na CPT e garantiram a liberação de um técnico agrícola responsável pela assistência técnica às famílias que participam da Feira.

---

<sup>13</sup> O MST está presente nessa região assessorando outros assentamentos e não se envolveu nesse processo organizativo.

O mandato popular do deputado estadual Frei Anastacio<sup>14</sup>, junto com a CPT, promoveu a reunião em 1999 com os órgãos públicos, da qual se originou a discussão da comercialização na região. O mandato disponibilizou em 2001 um técnico agrícola para o acompanhamento do plantio orgânico dos feirantes.

A Cáritas Brasileira é um organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - criada por Dom Helder Câmara, em 12 de novembro de 1956, e articula uma rede de 145 entidades membros em todas as regiões do Brasil através de um secretariado nacional com sede em Brasília. Integra a Rede Cáritas Internationalis (136 países nos cinco continentes), com sede em Roma. A Cáritas Brasileira tem como missão “promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica, libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania plena para todas as pessoas, a caminho do reino de Deus”(Cáritas Brasileira, 2000 – referente ao seu I Congresso Nacional, ocorrido em 1999).

A Cáritas intervém na realidade através de sete linhas prioritárias de ação<sup>15</sup>. Entre elas, está a Valorização e Promoção da Economia Popular Solidária, entendida como sendo espaço onde as articulações econômicas (cadeia produtiva) e políticas (movimentos sociais) apontam para um projeto nacional de sociedade sustentável. A Cáritas realiza assessoria técnico-pedagógica aos grupos e comunidades para o enfrentamento coletivo do mercado e a mobilização em defesa dos direitos humanos.

Todas as ações da Cáritas estão orientadas por cinco eixos: mística e espiritualidade, cultura da solidariedade, protagonismo dos excluídos, relações igualitárias de gênero, construção de um novo projeto de sociedade.

---

<sup>14</sup> Frei Anastácio é um padre da ordem dos franciscanos, fundador da CPT e uma das maiores lideranças da Pastoral. Foi eleito deputado estadual (segundo mandato) pelo Partido dos Trabalhadores, com a bandeira política da reforma agrária.

<sup>15</sup> As linhas prioritárias são: Construção e Conquistas de Relações Democráticas e de Políticas Públicas; Fortalecimento e Organização da Cáritas; Formação de Agentes para a Prática da Solidariedade; Valorização e Promoção da Economia Solidária; Atuação nas áreas de Emergência, Naturais e Sociais (criança e adolescente, famílias rurais sem terra, moradores em área de risco, população de rua); Desenvolvimento da Cultura de Solidariedade e Convivência com o Semi-árido.

Na Paraíba, a Cáritas desenvolve o *Programa de Desenvolvimento Local Sustentável* em seis municípios do estado, dentre os quais está, no município de Cruz do Espírito Santo, o Assentamento Dona Helena <sup>16</sup>. O tema priorizado foi a comercialização, e, como este é muito amplo, foi decidido fazer a discussão no interior da comissão da agricultura familiar que reunia os assentamentos acompanhados pela CPT.

Entre as entidades parceiras e os trabalhadores, foi acordado que a Cáritas seria a responsável pelo processo da organização da Feira e a CPT com responsabilidade da assessoria técnica em agropecuária. .

Assim, iniciou-se mais um processo de discussão sobre o grande problema da comercialização. Em 2001, as atividades desenvolvidas foram basicamente as de ordem formativa e de capacitação. O grupo ficou de março a novembro de 2001 dedicado à organização da Feira. O fórum de discussão e deliberação ocorreu nas reuniões da agricultura familiar que aconteciam mensalmente. Como esse fórum era de representação -em geral dois representantes por associação o grupo decidiu ampliar a discussão com o maior número de assentados. Foi constituída uma comissão formada por um agente da CPT e mais dois trabalhadores para participarem das assembléias nos assentamentos. Em paralelo iniciou-se um processo de capacitação com os interessados.

Ainda em 2001, foi realizado um *curso de comercialização* (15 participantes), promovido pela Cáritas, para os trabalhadores interessados. Organizou-se um intercâmbio de experiências.

---

<sup>16</sup> Na fase de elaboração do plano trienal (2000), a comunidade identificou como problema a ser enfrentado a questão da comercialização, prevista como ação a ser realizada no final do triênio (2003). Porém, na elaboração do plano operativo anual de 2001, a comunidade preferiu priorizar o problema da comercialização, alterando inclusive a programação da Cáritas, já acordado com a entidade de cooperação internacional (MISEREOR), parceira na realização do projeto.

Foto 5: Intercambio com a Feira de Abreu e Lima/ PE maio de 2001



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

O primeiro, em maio de 2001, aconteceu com a perspectiva de se conhecer a Feira de Abreu e Lima (Estado de Pernambuco), com 14 participantes. Esta visita despertou a idéia da criação da Feira Agroecológica. Até então, o que a maioria do grupo planejava era criar uma central de comercialização com produtos da reforma agrária, a partir da experiência que a CPT adquirira no Litoral Sul da Paraíba. Com o conhecimento de outra experiência, fortaleceu-se a idéia de plantar organicamente.

Em junho de 2001, dois trabalhadores participaram de um curso promovido pelo Regional Nordeste II da Cáritas Brasileira, com sede no Recife, cujo tema foi a convivência com o semi-árido. Os representantes conheceram uma área de agrofloresta, e quando fizeram o relato ao grupo, este decidiu conhecer melhor a experiência. Foi feito o contato com os responsáveis e realizado mais um

intercâmbio de experiência numa área de agrofloresta.. Foram 14 trabalhadores conhecer de perto a experiência do plantio agroflorestal <sup>17</sup>.

Nesse mesmo ano, em contato feito com a Feira de Economia Solidária de Santa Maria-RS, descobriu-se uma cooperativa de trabalhadores e consumidores de produtos orgânicos que a Cáritas de Passo Fundo apoiava e cuja forma organizativa, segundo avaliação do grupo, poderia contribuir para a organização da Feira da Várzea . Realizou-se um contato com essa cooperativa que enviou muitos subsídios importantes para o estudo e a elaboração do regimento interno da Feira Agroecologica da Várzea Paraibana.

A construção do regimento interno da Feira foi um processo pedagógico no seu conteúdo e para a formação dos feirantes. No conteúdo, porque ele contém concepções, critérios e normas que norteiam as ações dos participantes; na formação, porque foi efetivamente construído em várias oficinas com a participação das trabalhadoras e dos trabalhadores na elaboração, a partir da compreensão dos participantes acerca de cada questão apresentada. Esse processo teve a duração de três meses.

Três desafios apareceram muito fortes no processo de organização da Feira. O primeiro estava ligado ao investimento para a infraestrutura da feira; o segundo, à produção, e o terceiro, ao mercado de produtos orgânicos. Em relação ao investimento para a infraestrutura da Feira, tentou-se inicialmente um crédito junto ao Banco do Nordeste, sem sucesso. Em seguida, foi criada uma comissão composta de um técnico e dois trabalhadores para elaborarem um projeto que foi apresentado e aprovado pela Cáritas. <sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Agrofloresta é uma forma de cultivo em que o homem intervém o mínimo possível na Natureza.

<sup>18</sup> A Caritas disponibilizou um crédito com devolução de 100% do valor investido, sem juros, com três meses de carência para compra de dez barracas, caixas, batas e bonés. O grupo solicitou, em 2002, um aditivo para compra de mais cinco barracas. Já foram devolvidos 70% do valor, sem atraso, no pagamento das parcelas.

Sobre a questão da produção, foram feitas visitas nas áreas de plantio dos trabalhadores pela equipe técnica e se verificou que havia uma produção orgânica oriunda, antes dos poucos recursos dos trabalhadores para a compra de agrotóxicos que de uma consciência ambientalista. Além disso, verificou-se uma quase total ausência de planejamento da produção, o que inviabilizava um projeto de comercialização coletiva. Em fevereiro de 2002, houve um curso de capacitação sobre agricultura orgânica, assessorado pelo técnico da CPT, com a primeira tentativa de planejamento da produção.

O terceiro desafio, ligado à comercialização, foi o de se conhecerem as possibilidades do mercado, através de uma sondagem realizada por uma comissão dos assentados, com apoio da equipe técnica, no sentido de descobrir um mercado mais propício para a comercialização de produtos sem agrotóxicos.. Havia um grupo de trabalhadores que já comercializava na feira de Sapé, conhecida como a “Feira dos Sem Terra”. Três cidades foram selecionadas: Sapé, Santa Rita e João Pessoa. Em Sapé, já havia sido feito um contato com a Prefeitura Municipal. Porém, foi descartado por não haver demanda suficiente no consumo de produtos orgânicos.

Em Santa Rita, foi realizada uma audiência com a Secretaria de Indústria e Comércio da Prefeitura Municipal, que demonstrou pouco interesse, argumentando que não queria prejudicar os produtores de horticultura da cidade. Em João Pessoa, aconteceu uma audiência com a prefeitura universitária, do campus I da Universidade Federal da Paraíba, a qual aceitou realizar uma experiência na perspectiva de fazer uma análise e avaliar a permanência no local.

Iniciou-se um processo de divulgação da Feira com um concurso interno para a confecção da sua logomarca quando foram apresentadas três propostas, das quais foi a vencedora a de Marcos Trajano<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Marcos Trajano é assentado em Dona Helena, dirigente da Associação dos apicultores e atual tesoureiro da Feira.

Foram distribuídos cinco mil panfletos na 13ª Romaria da Terra da Arquidiocese da Paraíba (2001) e em outros eventos públicos. Nesse período, a Universidade Federal da Paraíba inicia uma greve, retardando o início da atividade. O lançamento da Feira foi adiado ao limite, não podendo mais esperar, sob pena de os trabalhadores se desestimularem. Decidiu-se então iniciar a feira em outro local.

A primeira feira aconteceu em 12 de novembro de 2001, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa, em frente à igreja Cristo Rei. Na semana anterior ao lançamento, houve um intenso movimento de divulgação nos meios de comunicação disponíveis. Foram feitos programas de rádio, jornais e TV (entrevista no Tambaú Debate).

O grupo passou de janeiro a abril por um processo de avaliação da experiência de comercialização coletiva e descobriu que o problema não estava na comercialização porque o produto tinha uma boa aceitação no mercado. Descobriram ainda que existia um grande limite interno no grupo, que era o planejamento da produção. Foram cinco meses de preparação, com cursos e seminários de capacitação para tentar superar o problema, e no dia 6 maio de 2002, a Feira foi re-inaugurada na UFPB, nas proximidades do Restaurante Universitário, com a pretensão de ocorrer todas as sextas-feiras, das 5.30h as 13.h.

### 1.3 DEFININDO A FEIRA AGROECOLÓGICA DA VÁRZEA PARAIBANA

A *feira* ou o *mercado*, que na linguagem popular tem o mesmo significado, é onde se vendem e se compram produtos. As *feiras*, de forma geral, caracterizam-se como um espaço físico onde se compram coisas que se vê, que se pode pegar. Também se configura enquanto espaço de encontro, de comunicação. As feiras, principalmente nas cidades de menor porte, têm se constituído um local

privilegiado para troca de informações, de comunicação e de contatos, desde os de ordem familiar, até articulações importantes na vida das comunidades.

A maioria das feiras populares são locais de festa, de comidas típicas, de música regional, que atraí consumidores e feirantes. Estes parecem esquecer toda a labuta que vem do processo de comercialização, em muitos casos das dificuldades inerentes à pequena produção. É nesse momento quando o produto do trabalho humano é objetivado, que se ganha um significado de uso necessário para o processo produtivo, e mesmo que, no final de cada feira, o resultado não tenha sido muito satisfatório do ponto de vista financeiro, a esperança fica sempre na realização de uma nova feira.

São vários os tipos de feiras existentes, que vão desde as requintadas até as mais populares. Porém, todas têm um objetivo central, que é o de vender e comprar. A diferença está *no que se vende, como se vende, para quem se vende e qual o processo de comercialização desencadeado*.

Alguns governos, através de suas secretarias e de órgãos de fomento e capacitação, têm investido, nos últimos anos, na organização de feiras como espaços de escoamento da produção<sup>20</sup>, organizando feiras de artesanatos de pequenos e médios produtores. No entanto, mesmo sendo feiras que privilegiam a venda direta dos produtores ao consumidor, que diminuem custos e o preço final do produto, não conseguem sair do paradigma capitalista, centrado na disputa, na competição, na exploração do trabalho e na ausência de participação – ou pouca participação - dos empreendedores nas instâncias de decisão.<sup>21</sup>

Para Mance (2002, p.153), “diferente das *mostras de economia solidária*, em que os produtos não são levados imediatamente, e as encomendas são feitas aos produtores e enviadas posteriormente<sup>22</sup>,

<sup>20</sup> A organização das feiras se dá principalmente quando esses produtores estão ligados aos programas governamentais de geração de emprego e renda.

<sup>21</sup> A depender da equipe de coordenação desses eventos, os empreendedores podem ter um certo nível de participação.

<sup>22</sup> Nas mostras há uma apresentação dos produtos, suas características, catálogos com informações dos produtos, etc.



na economia solidária, a *Feira* é um espaço onde periodicamente produtores e consumidores se encontram pra realizar a compra e venda dos produtos sem intermediários”.

As feiras de economia solidária têm se disseminado como espaços de educação e organização, um instrumento valioso de publicização da economia solidária. A maioria combina vendas de produtos com debates ligados à economia solidária, são organizadas por fóruns compostos de ONGs, empreendedores e órgãos governamentais.

Existem várias experiências nesse campo, a mais conhecida delas é a *Feira Estadual do Cooperativismo Alternativo*, que acontece em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, inicialmente promovida pelo Projeto Esperança<sup>23</sup>. Atualmente essa experiência é uma demonstração de mobilização, de parceria entre empreendedores, entidades da sociedade civil e dos governos (estadual e municipal). Mance (2002, p. 160-161) informa que:

Em 2002 o evento contou com a presença de 300 empreendimentos e expositores, representando 520 grupos; 76 entidades apoiadoras; 320 variedades de produtos rurais e urbanos; 108 municípios representados, 7 estados, 7 países, 12 universidades; 37 veículos de comunicação divulgaram o evento no Brasil. Cerca de 33 mil pessoas passaram pela Feira. Estima-se que mais de 100 mil pessoas, incluindo consumidores, tem sido direta ou indiretamente beneficiados pelos empreendimentos solidários que participaram dessa feira.

Outra modalidade de feira é a das *redes de produção*, destinadas à comercialização dos produtores de forma mais sistemática. A Feira de Produtos Orgânicos de Abreu e Lima, organizada por pequenos produtores da Zona da Mata de Pernambuco, tem sido uma referência sendo, pois, é assessorada pelo Centro Sabiá<sup>24</sup>.

Nessa modalidade, encontra-se a Feira Agro-ecológica da Várzea Paraibana, que é definida pelos seus organizadores como “um espaço de comercialização coletiva de produtos orgânicos,

<sup>23</sup> O Projeto Esperança é um dos projetos da Cáritas Diocesana de Santa Maria -Rio Grande do Sul.

<sup>24</sup> O Centro Sabiá é uma ONG que trabalha com agro-floresta no Nordeste.

realizada pelos próprios produtores, enquanto espaço educativo de integração cooperativista entre agricultores e consumidores” (REGIMENTO INTERNO, 2001, p. 2).<sup>25</sup>

A Feira Agroecológica tem como objetivos:

Incrementar a comercialização de produtos orgânicos, ampliação de consumo e produtos ecológicos ao maior número de consumidores; fortalecer a autogestão dos associados pela organização, administração e comercialização de seus produtos; criar novos canais para escoar a produção dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas nas áreas de reforma agrária; eliminar o intermediário na comercialização dos produtos; inserir o produtor no ato de aprendizagem nas questões da comercialização e; fornecer a troca compensatória dos produtos entre os próprios produtores (ibid, p.3).

#### 1. 4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Feira Agroecológica da Várzea Paraibana é uma organização não formalizada, composta por 28 componentes diretamente responsáveis (13 mulheres e 15 homens), 10 vendedores indiretos. Além destes, participam ainda algumas organizações, sendo elas: o grupo de mulheres de Dona Helena, composto por 10 mulheres com uma barraca de remédios caseiros e plantas medicinais; a Associação dos Trabalhadores Rurais de Dona Helena (104 famílias), com produtos da associação (cocos); e a Associação de Apicultores, que articula 32 apicultores na Paraíba, com mel e seus derivados.

Esses trabalhadores são oriundos basicamente de quatro assentamentos – Dona Helena (Cruz do Espírito Santo), Padre Gino, João Pedro Teixeira e Rainha dos Anjos ( Sapé ) e um acampamento - Ponta de Gramame em João Pessoa<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Esta definição foi construída pelos produtores no processo de organização da Feira.

<sup>26</sup> Este último caso se refere a 45 famílias de posseiros, numa área total de 470 ha. Há uma liminar de reintegração de posse com ordem de despejo. Os trabalhadores querem que o INCRA faça a vistoria para fins de reforma agrária. O INCRA tem interesse em fazer a desapropriação, mas a questão é que foi aprovada uma lei na Câmara de Vereadores de João Pessoa que determina que todo o município seja visto como área urbana. Já houve várias reuniões com o prefeito da cidade, Cícero Lucena, sem contudo obter sucesso. Existem plantados 100 mil pés de inhame, frutas, legumes etc. Na Feira, é a barraca que mais vende, perfazendo uma renda média de R \$ 250,00 por feira.

Segundo o regimento interno que orienta as ações da Feira, foi criada uma comissão de ética para garantir a efetivação dos seus princípios e da sua operacionalidade. Ela é composta por dois trabalhadores e um técnico em agropecuária<sup>27</sup>.

A administração da Feira é feita também por uma coordenação de quatro membros: um coordenador-geral, um tesoureiro, um secretário e um representante da comissão de ética. É função da coordenação “executar as deliberações dos feirantes, organizar, supervisionar e manter os registros, organizar as reuniões pós-feira, manter atualizados os preços, fazer a divulgação, escala de trabalho, estruturação dos eventos, encaminhar as solicitações de entrada de novos feirantes à assembléia geral, acompanhar no início os novos feirantes na organização” (REGIMENTO INTERNO, 2001, p.5).

A Feira tem, na assembléia dos sócios, a expressão máxima de sua representação e deliberação. É composta por todos os seus sócios, cada pessoa tem direito a um só voto, de forma que todos são responsáveis pelas decisões do grupo. É também um espaço muito valorizado pelos feirantes. Paulina Gomes<sup>28</sup> declara: “Gosto, gosto da discussão na assembléia porque é ali que a gente bota as coisas em dia. A gente passa o mês todo trabalhando, aí ali a gente se reúne, presta conta que nem aquele menino, é excelente o trabalho dele (de Marcos) e de todos, né!? Pelo menos pra mim é uma maravilha só, essa reunião, já peço a Deus que chegue logo o dia da reunião”.

O ingresso de novos feirantes é feito a partir da apresentação feita por um dos sócios à assembléia, na condição de ser ele da área de reforma agrária e plantar sem agrotóxicos. Na assembléia,

---

<sup>27</sup> Existe um dilema ainda não resolvido na composição da comissão de ética, ligado aos papéis da assessoria dos movimentos sociais. Pode-se raciocinar que a Feira, sendo uma organização dos produtores, não deveria comportar um técnico (assessor externo, no caso oriundo da CPT) nas suas instâncias. Porém há efetivamente uma demanda no que diz respeito, por exemplo, à entrada de novos sócios. O regimento diz que só poderá ser aceito um novo sócio na organização depois da visita da comissão de ética e um parecer técnico de que o produto é realmente orgânico. Além disso, com a implantação da Feira, está se descobrindo que os dirigentes, durante as feiras, ficam dedicados à comercialização dos seus produtos, o que dificulta ter um olhar mais atento ao conjunto da Feira no ato da comercialização.

<sup>28</sup> Paulina Maria da Silva Gomes é conhecida como Dona Cristina, mora no assentamento Padre Gino. É uma das pessoas que enviam seus produtos por outro, ficando na categoria de “feirante indireta”, mesmo assim participa ativamente das assembléias.

são apresentadas as normas com as quais o interessado precisa se comprometer. Em seguida, é feita uma visita técnica na área em que ele atua para verificar se, de fato, o plantio é realmente orgânico. Visto isso, ele deve ir a uma feira para conhecer a experiência. Depois, a orientação é de que, caso não seja viável economicamente a ida dele à Feira – pois existe a limitação do transporte, que não comporta todos os produtores, e o montante de seu produto pode não compensar economicamente o seu aparecimento pessoal no local da Feira - ele deve mandar os seus produtos por um dos membros. O preço do produto, depois de verificado o nível de qualidade, é vendido de acordo com o preço estabelecido na feira. Desse valor, são subtraídos os custos de comercialização - o preço do frete e do fundo de caixa da feira. O preço do frete é obtido na divisão do seu valor total pelo número de famílias presentes em cada feira; o *Fundo de Caixa* é composto de 5% de tudo o que foi vendido em cada feira, ficando 60% do montante para o pagamento do projeto de investimento e 40% para as despesas da organização.

Uma das maiores preocupações dos feirantes diz respeito à autovigilância, o que se refere ao fato de se transformarem em atravessadores dos produtos dos outros produtores. Grande tem sido o debate sobre esse tema. Segundo José Antônio, um dos integrantes da Feira, atravessador “é quando uma pessoa compra um produto dos agricultores por um preço e vende por outro preço muito superior ao comprado”. O que se tem acumulado e concordado é que a estratégia é animar e favorecer a organização dos trabalhadores para a comercialização coletiva dos produtos. Porém, no caso de os feirantes não terem disponibilidade de produtos suficientes e importantes para sua viabilidade na Feira (nos períodos de estiagem a produção cai em até 50% porque os trabalhadores não têm uma infraestrutura adequada para irrigação), poderão seus membros requisitar os produtos em consignação a outros assentados, se estes tiverem a garantia de que é um produto realmente “limpo”.

## 1.5 EVOLUÇÃO DA FEIRA

A Feira Agroecológica vai, a partir de sua vivência, construindo o próprio processo de desenvolvimento. É possível perceber muitos avanços quando se faz comparação com o início do empreendimento. Três aspectos se destacam na implementação da Feira: a incorporação da agroecologia na vida das pessoas envolvidas, o aumento da renda e o reforço à organização popular.

### 1.5.1 A Agroecologia enquanto princípio do desenvolvimento sustentável

Foto 6: Assentamento Pe. Gino/Sapé



Fonte: Cártias Arquidiocesana da Paraíba

No século XIX, em pleno auge do capitalismo e do crescimento econômico a qualquer custo, foram plantadas as primeiras idéias de desenvolvimento sustentável. Como mostra Giansanti (1998, p. 9), “o engenheiro florestal norte-americano Gifford Pinchot, primeiro chefe do serviço de florestas do país, defendia a conservação dos recursos a partir do uso dos recursos naturais pela geração presente, a

prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos”.

Mais de um século passou e, com ele, a hegemonia de um paradigma de desenvolvimento pautado nos padrões de produção e consumo dos países do Norte, os quais são apontados como ideais desejáveis para toda vida humana na Terra. Essa vertente tem dificuldades de se sustentar porquanto as pessoas não são todas iguais, há uma pluralidade de culturas e existem múltiplos ecossistemas no planeta.

É importante destacar que, contrário ao imaginário criado pela ideologia dominante, não é a humanidade que está destruindo o planeta, e sim, uma minoria que vive segundo um padrão de consumo totalmente insustentável. Leroy (2002, p. 15) afirma que uma minoria de 20% da humanidade consome cerca de 80% dos recursos naturais. Só os Estados Unidos da América, que têm 5% da população mundial, consomem cerca de 30% dos recursos e da energia produzidos na Terra a cada ano. Se outros 15% da população mundial alcançassem o mesmo padrão de consumo, a vida no planeta já seria ecologicamente inviável.

Com o avanço do crescimento econômico, cresce também a preocupação com a degradação ambiental. Nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos ecológicos estavam no auge de sua efervescência. O desenvolvimento sustentável estava pautado na sociedade como um debate importante, presente nos discursos governamentais e nas conferências internacionais.

Um marco nesse debate aconteceu em 1972, com a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a Conferência de Estocolmo. Sua preocupação básica era conter as formas de poluição. A partir dessa conferência, o debate ganha novos contornos. Porém, só em 1987, no relatório de Brundtland, constrói-se o conceito de que o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”Giansanti (1998, p.10).

Isso é importante porque centra o debate numa outra esfera de concepção, que introduz o elemento da *necessidade* e questiona os padrões de consumo capitalistas colocados como referenciais para toda a humanidade. Algumas concepções introduzem no conceito a questão ambiental, a democracia e a justiça social e a soberania dos povos e nações.

Desenvolvimento sustentável, segundo Giansant (1998: 13), é “a capacidade das sociedades sustentarem-se de forma autônoma, gerando riquezas e bem-estar a partir de seus próprios recursos e potencialidades”. Desenvolvimento ecologicamente sustentável, o mesmo autor também caracteriza como sendo “a garantia de progresso material e bem-estar social, resguardando os recursos e o patrimônio natural dos diferentes povos e países” (*ibid*).

Em relação à produção, o Fórum Global de ONGs e Movimentos Sociais, em 1992, constrói o conceito de agricultura sustentável, entendido como sendo “um sistema que respeita os princípios ecológicos da diversidade e interdependência e utiliza os conhecimentos da ciência moderna para desenvolver, e não, para marginalizar o saber tradicional acumulado ao longo dos séculos, por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo o mundo” (FÓRUM GLOBAL DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS, 1992, p. 144).

Para a economia solidária, o desenvolvimento sustentável está ligado, de acordo com Bertucci e Silva (2002, p. 77), como “possibilidade de preservação e recuperação de práticas de autossuficiência econômica valorizando a criação de tecnologias endógenas e impondo limites à competitividade espúria baseada na superexploração do trabalho humano e do meio ambiente”.

Na Feira Agroecológica da Várzea Paraibana, o cultivo da agricultura orgânica, além de ser um dos critérios para a participação na Feira, tem mudado o comportamento dos trabalhadores no que se refere ao cuidado com o meio ambiente. Alguns trabalhadores se recusam a cultivar outras culturas que nem são produtos destinados à comercialização na Feira, mas que dependem de agrotóxico, como é o

caso de Marcos Trajano (assentamento Dona Helena), que desistiu de plantar o algodão colorido porque esta cultura requer muitos defensivos químicos. Além disso, há uma mudança no cotidiano dos trabalhadores que começam a priorizar na própria alimentação os produtos sem agrotóxicos.

Geraldo Rodrigues<sup>29</sup> afirmou que:

eu larguei o agrotóxico porque o agrotóxico não foi feito pra matar os insetos, o agrotóxico foi feito pra matar o homem! Então daí eu mudei por causa disso. Agora a gente usa o biofertilizante nos plantios da gente. Na horta, a gente planta flor repelente de inseto [...] Aprendi aqui, a gente junto com os trabalhadores então um diz uma coisa, outro diz outra, e tá dando certo. Estou tendo um bom resultado sem o agrotóxico nas minhas hortaliças

Nem sempre foi assim. No início da implantação da Feira, o objetivo dos trabalhadores era superar o problema da comercialização. A idéia corrente era a de criar uma “feira comum”, com a intenção de vender os produtos oriundos das áreas de reforma agrária. Com o aprofundamento da questão e os conhecimentos adquiridos a partir das visitas realizadas a outras experiências de feira, com o estudo de viabilidade econômica, o *cultivo orgânico* foi resultado do processo educativo que o grupo vivenciou.

### 1.5. 2 Aumento da renda

A comercialização direta do produtor ao consumidor não é um tema novo na sociedade. Pelo menos, não no campo dos que estão envolvidos com a discussão da pequena produção. A ponte entre o campo e a cidade, na atual conjuntura, tem tomado as manchetes de jornais e se transformado em slogan de governos: “O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome” (Programa Fome Zero do Governo Federal), embutindo aí uma corrente de pensamento em que o desenvolvimento sustentável se faz articulando esses espaços considerando suas especificidades. Ricos e pobres, campo e cidade tornam-se parceiros em vista de um projeto integrado de desenvolvimento.

---

<sup>29</sup> Geraldo Rodrigues é assentado em Padre Gino, faz parte da comissão de ética da Feira. Está entre os feirantes de maior renda na Feira.



Esse caminho parece acertado, mas de complexa efetivação. Em relação à comercialização, os desafios são muitos. Do plantio à comercialização, o caminho é longo, e os desafios são muitos. Vão desde o planejamento da produção, passando pelo transporte, pela qualidade do produto, pelo local de comercialização e porquanto etc.

Uma das descobertas no processo de organização da Feira Agroecológica foi a de que o pequeno produtor não consegue se manter na terra produzindo e comercializando seus produtos sem ter uma organização coletiva. No caso da Feira Agroecológica, as famílias plantam nas suas parcelas, individualmente, e fazem a comercialização coletivamente. A questão é que, nesse caso, ocorre uma interferência direta da organização na produção familiar, a partir da necessidade de planejar o plantio em vista da comercialização e da demanda dos consumidores. Isso é uma novidade na forma de organizar a produção da maioria desses trabalhadores.

Dependentes do atravessador, muitos deles não sabiam o custo nem o preço dos seus produtos no mercado. O preço era estabelecido pelo comprador. Era o trabalhador que perguntava ao atravessador: “quanto o senhor dá na minha produção?”.

Durante o processo de organização da Feira, foi feito um mapeamento da *renda atual* dos produtores e da *renda desejada*<sup>30</sup>, o qual contou com um instrumento de coleta de dados que constava de dez itens referentes às despesas feitas (renda atual) pela família durante um mês e, em seguida, um levantamento da renda desejada, tendo como motivação o que ela precisaria gastar para consumir o que necessitava na perspectiva de ter uma melhor qualidade de vida.

Esse foi um exercício interessante. Primeiro porque desfez um discurso corrente entre os trabalhadores de que a agricultura nada rende, que não tem jeito, que esse trabalho não tem futuro...

---

<sup>30</sup> Levantamento da Renda pelas despesas é um instrumento metodológico de coleta de dados criado pelo PNUD – INCRA, 1996 como parte do Sistema ITOG – Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão. Este sistema foi o marco teórico que orientou a ação da CONTACAP. A CONTACAP – Conta de Capacitação - executado pelo INCRA, foi o primeiro programa de assessoria técnica destinado às áreas de reforma agrária, cujos técnicos foram indicados pelas organizações de trabalhadores rurais. Este programa foi executado no Nordeste entre 1996 e 1997. Foi o precursor do projeto LUMIAR que teve abrangência nacional.

Muitos trabalhadores não tinham outra fonte de renda a não ser a da agricultura; as outras fontes eram tímidas. Muitas vezes, as pessoas se surpreendiam com as despesas que tinham mensalmente e com a revelação de que essas fontes provinham basicamente da agricultura.

Quando perguntados sobre a renda desejada, o resultado foi bastante interessante porque não houve, na maioria das respostas, uma distância exorbitante da renda atual para a renda desejada, o que demonstra que os trabalhadores realizaram a atividade com extrema clareza e seriedade.

Para ajudar a realizar um planejamento da produção, foi realizado um outro mapeamento sobre as condições das parcelas, no que refere à área plantada, aos recursos naturais, à infra-estrutura atual, à demanda de cada produtor para que esta pudesse passar da renda atual à renda desejada que ele definiu. Os trabalhadores, juntamente com as suas famílias, desenharam um mapa de sua parcela com tudo que tinha na propriedade, identificando as áreas ocupadas e as áreas com algum potencial produtivo. A expectativa era a de melhorar o processo produtivo com a meta de chegar à renda desejada.

Cada família da Feira tem um mapeamento da renda atual, da qual ela precisaria para viver melhor e os mapas de sua propriedade. Isso serve como instrumento utilizado para o planejamento da produção.

Mesmo ainda com muitas dificuldades, principalmente no que se refere à infra-estrutura e à assistência técnica<sup>31</sup>, a Feira comercializa, em média 4.000kg de alimentos e mais de 80 variedades de produtos – hortaliças, frutas, raízes, pequenos animais e lanches.

Ter o dinheiro em espécie para os trabalhadores do campo é coisa rara. Na maioria dos casos existem outros recursos como frutas, legumes etc. O fato de ter uma renda média de 1,5 salários

---

<sup>31</sup> A Feira passa por uma dificuldade que poderá inviabilizar a sua continuidade, que é o problema da falta de assistência técnica. O técnico do mandato do Frei foi afastado do mandato, e o técnico da CPT tem a responsabilidade de acompanhar outros assentamentos, além de estar assessorando a implantação da outra feira no Litoral. Os trabalhadores precisam de uma assistência técnica sistemática.

mínimos todo mês ainda é pouco em relação à renda desejada (a menor renda desejada foi de três salários mínimos) mas já aponta uma possibilidade real.

A agricultora Sueli Pereira,<sup>32</sup> na sua avaliação anual da Feira, comenta: “a mudança na qualidade de vida do povo da Feira está estampado na nossa cara... no jeito de se vestir, estamos mais bonitos”.

Mesmo as famílias não tendo nenhum investimento no plantio, trabalhando com as próprias condições, os trabalhadores têm buscado, no caso das sementes e do adubo orgânico, efetuar a compra coletivamente com recursos próprios e das entidades de apoio. Estão produzindo, em conjunto, o próprio defensivo orgânico, distribuído o preço de custo e o excedente vendido nas próprias comunidades. A perspectiva é de que as mudanças no plano nacional venham contribuir para melhorar a vida dos assentados. Nesse sentido, foi acordada com o INCRA a contratação de um técnico para prestar assistência técnica aos participantes da Feira.

A Feira tem sido um espaço educativo onde as agricultoras e os agricultores aprendem fazendo, vivenciando uma experiência comercial e praticando preços justos, construindo uma nova relação entre produtores e consumidores pautada na confiança e na solidariedade.

Foto 7: Entrevistas realizada pela INCULBES-UFPB/João Pessoa. 25 de outubro de 2002 .

---

<sup>32</sup> Sueli Pereira é assentada em Dona Helena e responsável pela barraca de lanches



Fonte: Cáritas Arquidiocesana da Paraíba

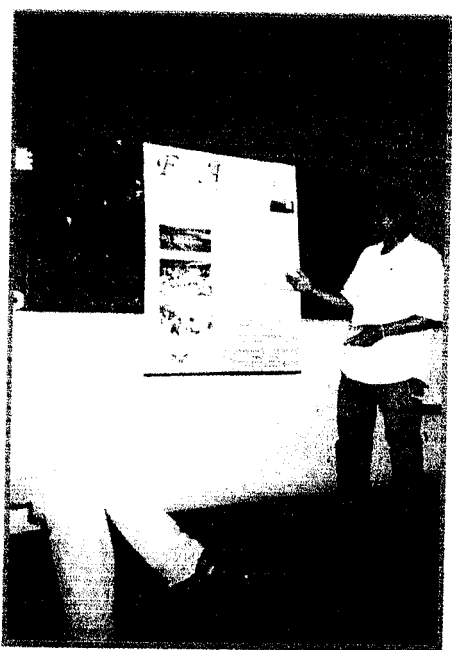
Em pesquisa realizada em 2002, pela INCUBES-UFPB - sobre o que pensavam os consumidores a respeito da Feira, os melhores resultados estão nos itens que falam da qualidade dos produtos apresentados, demonstrando a confiança depositada no grupo.

### *1.5.3 Reforço à organização popular*

Internamente o grupo está vivendo um processo de discussão sobre a forma mais adequada para seu reconhecimento jurídico. Uma questão importante que se coloca é qual o modelo de organização mais apropriada, se cooperativa ou uma associação. No tocante à organização em cooperativa, a grande dificuldade está na legislação do cooperativismo, que não ajuda a pequena produção. O grupo também não decidiu em relação à abrangência da entidade, se ela deve ser restrita à Feira da Várzea ou se deve ser incorporada a outras iniciativas.

Os que defendem a organização apenas com o grupo atual vêem na praticidade o fato de o grupo já ter uma caminhada própria através da qual todos já se conhecem, o que tem facilitado os acordos e preocupação com a entrada de outros que poderiam dificultar os consensos, já que o grupo está junto há dois anos. Outro grupo de pessoas defende a maior abrangência da entidade. Dizem que, como conseguiram um modelo de organização e gestão viável entre si, poderiam ajudar outros grupos que estão começando na atividade. Visto que o grupo sempre se preocupou mais com sua organização “de fato” do que “de direito”, o debate continua.

A Feira Agroecológica da Várzea, enquanto uma expressão da economia solidária, tem sido reconhecida como uma experiência exitosa. O seu sucesso tem animado a criação de outras, como a Feira do Litoral, a Feira do Valentina Figueiredo, a Feira do Pólo Sindical no agreste paraibano, a Feira do Vale do Mamanguape, que se encontra em fase de implementação, e a Feira do Alto Sertão. Além disso, surgem outras feiras organizadas pelo SEBRAE e pela EMATER.



A coordenação da Feira tem sido convidada a compartilhar a experiência em vários espaços na sociedade<sup>33</sup> e tem recebido visitas constantes de outras comunidades interessadas. Luis Damásio afirma “ a Feira é a forma que a gente tem de provar que a reforma agrária é viável nesse país”.

A Feira Agroecológica da Várzea foi uma das experiências apresentadas numa das oficinas do Fórum Social Mundial em 2003, no Seminário Estadual da Agricultura Familiar, na reunião do grupo Reflex-ção da UNITRABALHO,

<sup>33</sup> A EMATER convidou um representante da Feira da Várzea para fazer uma palestra e participar de uma Feira Agroecológica que foi inaugurada em Cabedelo.

no Encontro Paraibano de Agroecologia, no Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cruz do Espírito Santo, no Encontro Nacional do Semi-árido Brasileiro, entre outros.

A Feira Agroecológica da Várzea tem participado ativamente do Fórum Estadual de Economia Solidária, enviou representante para a III Plenária Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003, e foi indicada na II Plenária Estadual de Economia Solidária (novembro de 2003) como um dos representantes da Paraíba para a coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ela está se firmando enquanto uma iniciativa que tenta ser, ao mesmo tempo, um empreendimento economicamente viável, com capacidade de sobreviver numa sociedade capitalista, mas rompendo com esta, à medida que o aumento da renda não está vinculado à exploração do trabalho, aliando a isso o cuidado com o meio ambiente e com a saúde da população.